



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
INCLUSIVA EM REDE NACIONAL – PROFEI**



SANDRA CECILIA JURACH FARIA

COLETÂNEA DE BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ponta Grossa

2024

SANDRA CECILIA JURACH FARIA

**COLETÂNEA DE BOAS PRÁTICAS EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Recurso Educacional apresentado ao programa de Mestrado Profissional Em Educação Inclusiva Em Rede - PROFEI da Universidade Estadual De Ponta Grossa, como parte integrante da dissertação Processos para efetivação da inclusão em escolas municipais de São Mateus Do Sul/PR: olhares para o professor, para obtenção do título de mestre em educação inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. Everson Manjinski

Ponta Grossa
2024

COLETÂNEA DE BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA



**SANDRA CECILIA JURACH FARIA
EVERSON MANJINSKI**

F224 Faria, Sandra Cecilia Jurach
Coletânea de boas práticas em Educação Inclusiva [livro eletrônico] / Sandra Cecilia Jurach Faria; Everson Manjinski. Ponta Grossa, 2024.
59 f.; E-book PDF.

Produto da dissertação Processos para efetivação da inclusão em escolas municipais de São Mateus do Sul/PR: olhares para o professor (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Everson Manjinski.

1. Educação inclusiva. 2. Formação - professores. 3. Equidade. I. Manjinski, Everson. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III. T.

CDD: 370.115

Descrição técnica do recurso

Origem

Projeto de pesquisa intitulado Processos para efetivação da inclusão em escolas municipais de São Mateus do Sul/PR: olhares para o professor

Nível de ensino a que se destina

Educação Básica – Ensino Fundamental I

Área de conhecimento

Educação

Público a que se destina

Professores da Educação Básica – Ensino Fundamental I

Categoria deste recurso educacional

e-book

Finalidade

Auxiliar na disseminação e desenvolvimento de ações educacionais inclusivas

Disponibilidade

Irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Instituição

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Programa

PROFEI - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional

Orientador

Prof. Dr. Everson Manjinski

Elaboração

Sandra Cecilia Jurach Faria

Ilustrações e Design Gráfico

Thomas André de Lima Kruchelski

Apresentação

A educação na perspectiva inclusiva está em construção. Este e-book foi elaborado como recurso educacional e parte da dissertação de Mestrado intitulada Processos para Efetivação da Inclusão em escolas municipais de São Mateus do Sul/PR: olhares para o professor, de autoria de Sandra Cecilia Jurach Faria, sob orientação do Prof. Dr. Everson Manjinski.

Sua elaboração originou-se da análise da realidade educacional e das dificuldades apresentadas pelas professoras entrevistadas durante a pesquisa. Além de formações continuadas para os professores, optou-se pela elaboração deste como material de apoio para intervenções futuras. O principal objetivo é a disseminação de informações sobre a inclusão, dando visibilidade a ações que já são desenvolvidas na área educacional inclusiva, e que, por vezes, não são divulgadas.

Aqui, apresentamos definições, histórico de legislações, dados estatísticos e a coletânea de boas práticas apresentadas de forma voluntária por professores.

Entenda os Ícones!

Fique atento aos links disponíveis, clique sobre a figura para ter acesso:



Vídeo



Dica de leitura



Centro e núcleo de desenvolvimento



Dados Estatísticos



Sites

Sumário

- 1 Mas o que é a Educação Inclusiva?
- 2 Igualdade ou Equidade?
- 3 Condições que podem gerar necessidades específicas de aprendizagem
- 4 Marcos históricos
- 5 Incidência estatísticas
- 6 Histórias que inspiram – Compartilhando boas práticas em Educação Inclusiva
- 7 Considerações

Sobre a autora e Sobre o Orientador

Referências

A Educação na perspectiva inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica que vem sendo construída gradativamente, marcada pela defesa do direito de que todos alunos devem estar juntos, aprendendo e participando, sem discriminações. Durante esse processo (que ainda acontece) tivemos inúmeros avanços e evoluções significativas, mas, também desafios persistentes, acarretados de empecilhos e entraves. Reconhecer essas dificuldades é essencial para abrir campo ao diálogo, buscando alternativas para superá-los. (Brasil, 2008)

Quando falamos da perspectiva inclusiva na educação, estamos nos referindo a um tema de larga abrangência, que deve contemplar todas as pessoas, independentemente de sua condição física, intelectual, social, emocional, linguística, de suas habilidades, deficiências ou características individuais, garantindo a oportunidade igual de aprendizagem e participação social. (Brasil,1997)

Assegurar que todos os estudantes tenham a oportunidade de acessar o currículo é uma prioridade essencial para promover a equidade de oportunidades no desenvolvimento de suas potencialidades

2 Igualdade ou Equidade?

Igualdade

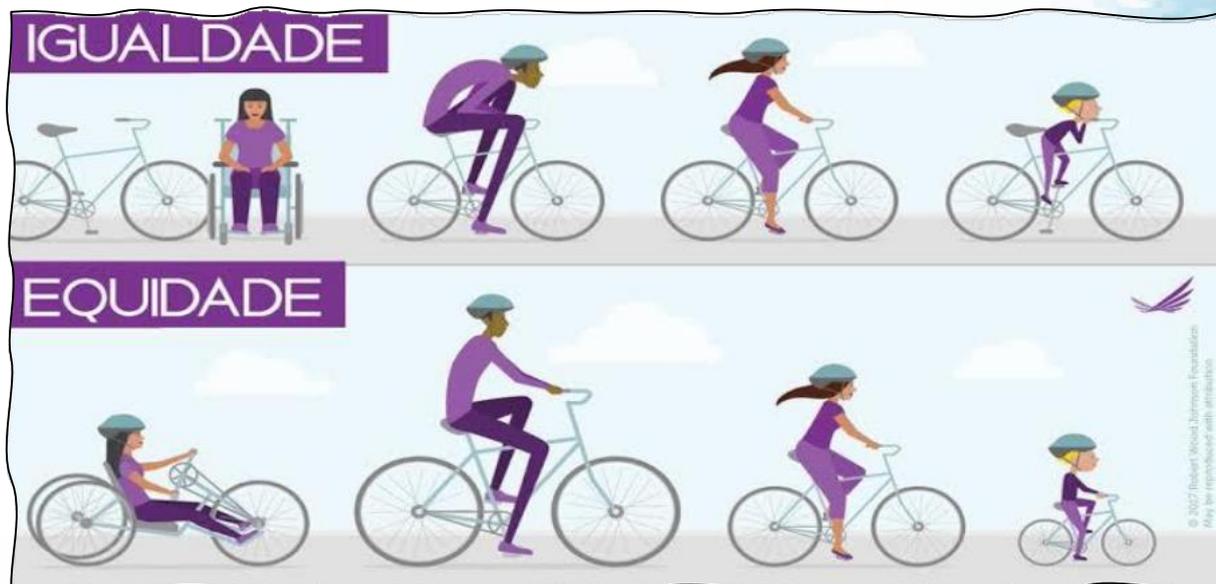
Proporcionar a oferta igualitária de recursos a todos, sem distinção.

Exemplo: prova escrita para todos os estudantes.

Equidade

Proporcionar a oferta de recursos necessários para o desenvolvimento do potencial.

Exemplo: prova escrita para alguns estudantes e prova transcrita em Braille para o estudante cego.



Fonte: <https://falauniversidades.com.br/igualdade-x-equidade-os-reflexos-na-sociedade-brasileira/>



Para saber mais acesse o vídeo [Igualdade e Equidade](#), de Tatiane Ribeiro

Então, a educação inclusiva deve buscar a Igualdade ou a Equidade?

3 Condições que podem gerar necessidades específicas de aprendizagem

A seguir, apresentaremos algumas condições que podem originar demandas específicas durante o processo de aprendizagem.

Mas, fique atento, pois ter uma dessas condições não implica em uma necessidade de suporte única. Cada estudante deve ser avaliado conforme sua demanda momentânea, superando a mera tipificação clínica.



- **Baixa visão/cegueira**

A visão é um dos canais de conhecimento do mundo, então, a condição de baixa visão ou cegueira podem afetar a capacidade de relacionamento do indivíduo com o ambiente a sua volta.

Essa condição pode ser congênita ou adquirida, podendo ser ocasionada por diferentes motivos. Os impactos sobre o desenvolvimento individual e psicológico variam entre os indivíduos, dependendo de uma infinidade de fatores (Gil, 2000).

Como maneira de comunicação de leitura e escrita da pessoa cega, o Brasil oficializa as convenções Braille, desde 1962, através da Lei nº 4.169.



O sistema Braille é conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas. Baseia-se na combinação de 63 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. (Sá *et al*, 2007)

O sistema Braille é um composto de pontos em relevo agrupados em pequenos grupos. A leitura deve ser tátil e realizada da esquerda para direita, de cima para baixo, considerando cada letra, símbolo ou número.

O estudante com baixa visão ou cegueira, assim como demais alunos com necessidades educacionais específicas, tem a garantia do direito de acesso e permanência na escola, preferencialmente em classes comuns do ensino regular e deverão lhe ser oferecidos materiais de suporte para garantia de seu pleno direito à educação (Lei nº 9394/96).



Conheça o [Instituto Benjamin Constant \(IBC\)](#) – Referência nacional na área da deficiência visual



[Saiba mais em: O Sistema Braille](#)

- **Deficiência auditiva/surdez**

A surdez é a condição que consiste na perda parcial ou total da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição e dos diversos fatores que podem causar a surdez, como questões genéticas, ambientais, lesões, entre outros (MEC,2006).



O Brasil reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua das comunidades surdas brasileiras. Isso ocorreu com a implementação da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.

No ambiente escolar, é importante que, além de conhecimento da natureza de aprendizagem dos estudantes com surdez, seja oportunizado efetivamente um ensino bilíngue, como mencionado na Lei Brasileira de Inclusão, que deve, em escolas bilíngues ou escolas inclusivas, considerar a LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita a Língua Portuguesa como

segunda língua (Brasil, 2015). E, assim, garantir a superação da mera integração desses estudantes.

A escolarização da pessoa com surdez deve considerar suas especificidades, garantindo plena participação no contexto escolar. Então, torna-se essencial atendê-las para oportunizar acesso ao currículo escolar.



Saiba mais em: [O que é Libras](#)



[Conheça o Instituto Nacional de Surdos – INES](#)



Quer aprender Libras? [Acesse a Escola Virtual Gov.](#)

• Deficiência Intelectual

O transtorno do desenvolvimento intelectual (deficiência intelectual) pode ser caracterizado por limitações e déficits na capacidade mental geral. Os déficits resultam em prejuízos, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social, em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023)

Os níveis de gravidade podem variar entre leve, moderada, grave e profunda e são definidos com base no funcionamento adaptativo, determinante para o nível de apoio necessário. Transtornos concomitantes também são frequentes, e podem influenciar a comunicação, linguagem, funções motoras ou sensoriais. Devido a essas alterações, não é possível realizar diagnóstico de deficiência intelectual baseado em apenas uma avaliação. Geralmente é feito por meio de aplicação de



testes neuropsicológicos (múltiplos testes de QI ou outros testes cognitivos para criar perfil da avaliado) (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023).

No ambiente escolar, as atividades pedagógicas deverão ser flexibilizadas de acordo com o nível de aprendizado do estudante e preferencialmente

oferecer situações de ensino diversificada; relacionar o conteúdo da aula com o cotidiano do aluno; elaborar cartazes e apoio visual para facilitar compreensão de conteúdos mais abstratos; oferecer explicações adicionais e utilizar algum recurso concreto para ilustrar a explicação; mostrar o uso social do conteúdo trabalhado; explorar recursos visuais; desenvolver oralidade utilizando músicas, parlendas, histórias; graduar as tarefas das mais fáceis para as mais difíceis; oferecer tempo adicional quando necessário (Barbosa; Buzetti; Costa, 2019, p. 44 -45).

É importante dar suporte a pessoa com deficiência intelectual a desenvolver suas habilidades, maximizando sua independência e qualidade de vida, para promover uma participação mais ativa na sociedade.



[Saiba mais em: Conhecendo a Deficiência Intelectual](#)



[Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência Intelectual.](#)



[Transtorno do desenvolvimento - Deficiência Intelectual](#)

• Transtorno do Espectro Autista (TEA)



O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento e caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e na interação social em múltiplos contextos, presença de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesse ou atividades (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023).

É importante lembrar que esses são critérios clínicos para o diagnóstico e que as características variam muito de indivíduo para outro, por isso é considerado como um espectro, ou seja, um conjunto de condições distintas que podem se manifestar em cada pessoa.

Níveis: considerados de acordo com a necessidade de apoio.

Nível 1 - exigindo apoio

Nível 2 - exigindo apoio substancial

Nível 3 - exigindo apoio muito substancial

(Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023).

Como trata-se de um espectro, ou seja, uma gama de possibilidades, acaba gerando alguns desafios no ambiente escolar, devido as especificidades, sendo necessário, abordagem individualizada para o estudante. O fato de frequentar a escola, ou seja, um ambiente de convivência social, já se configura como um desafio, pois além de estar na sala de aula é fundamental que o estudante participe da rotina da turma.

A compreensão do espectro permite direcionar o suporte necessário para o desenvolvimento de suas habilidades, sendo crucial uma abordagem sensível às diferenças individuais.

Segundo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para auxiliar no processo de desenvolvimento do estudante com TEA no ensino comum, muitas vezes é necessária a mediação de um profissional especializado, conforme avaliação pedagógica que comprove tal necessidade (Lei nº 12.764 de 2012).



[Saiba mais em: O que é o Autismo?](#)



[Conheça a Associação de Amigos do Autista \(AMA\)](#)



[O que é TEA?](#)

• Altas habilidades/superdotação

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI - (Brasil, 2008), define os estudantes com AH/SD como aqueles que:

[...] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Brasil, 2008, p. 09).



Esses estudantes, que possuem um potencial elevado, por vezes, necessitam atendimento educacional específico, com complementação e/ou suplementação de atividades, visto que um mito historicamente criado é que eles têm alto rendimento em todas áreas de conhecimento.

É importante destacar que o potencial elevado pode ocorrer em uma ou várias áreas, e que nem tudo será fácil para a

pessoa com altas habilidade/superdotação, que pode não compreender assuntos que não são de sua área de interesse.

Não há uma caracterização única de estudantes com indicativos de AH/SD. Portanto, a partir de sua identificação é possível compreender um pouco melhor a maneira mais adequada para desenvolver habilidades nesses estudantes. Inclusive a necessidade de complementar e/ou suplementar sua área de interesse para garantir um desenvolvimento pleno e enriquecedor, sem perder o interesse pelos currículos escolares. Ou seja, são necessárias abordagens através de recursos adicionais para promover o desenvolvimento de seu potencial.



[Conselho Brasileiro para Superdotação](#)



[Identificação do estudante com Altas Habilidades/Superdotação](#)

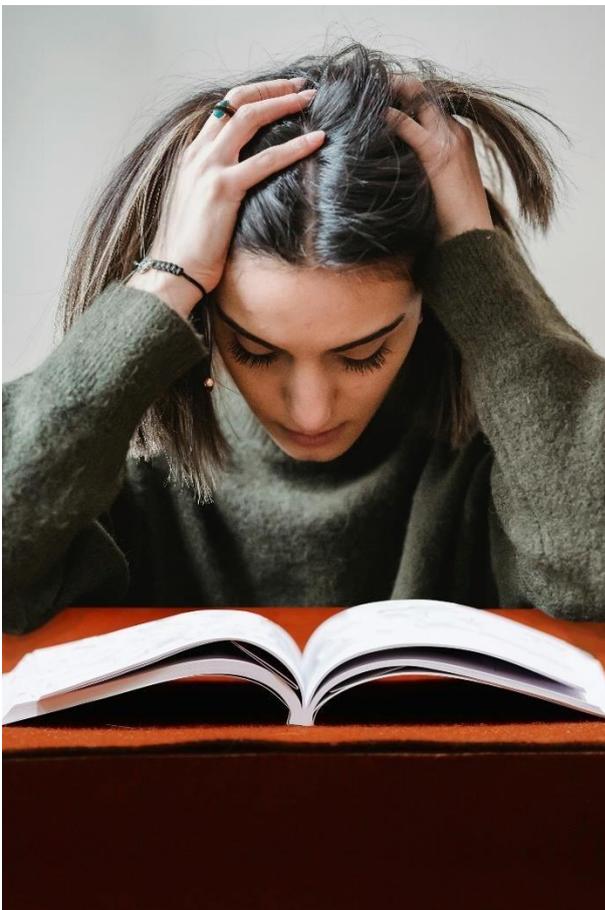


[Livros gratuitos do MEC A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação](#)

• Transtornos de aprendizagem

Transtornos de aprendizagem não se referem a uma única disfunção, mas, a um conjunto de distúrbios Smith e Strick (2007) nos esclarecem que,

[...] O termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos dessas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto, por seus ambientes doméstico e escolar. As dificuldades de aprendizagem podem ser divididas em tipos gerais, mas uma vez que, com frequência, ocorrem em combinações – e também variam imensamente em gravidade –, pode ser muito difícil perceber o que os estudantes agrupados sob esse rótulo têm em comum (Smith e Strick 2007, p. 11).



Então, é necessário verificar as múltiplas maneiras de apresentação de transtornos de aprendizagem salientando que se trata de transtornos do neurodesenvolvimento com uma origem biológica, caracterizados como dificuldades na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas que persistam por pelo menos 6 meses, apesar de intervenções dirigidas a essas dificuldades (Manual Diagnóstico e Estatístico de

Transtornos Mentais, 2023).

Assim, se faz necessário o esclarecimento acerca do que é um transtorno de aprendizagem ou uma dificuldade de aprendizagem, pois transtorno trata-se de uma alteração biológica, enquanto a dificuldade de aprendizagem é uma condição momentânea, que acontece por interferências externas, como questões pedagógicas, sem origem neurológica (Garcia, 2022)

Dificuldade de aprendizagem	Transtorno de aprendizagem
<ul style="list-style-type: none">• Falta de estimulação• Fatores culturais• Metodologia da escola• Didática do professor• Ambiente físico ruim• Problemas emocionais• Problemas físicos• Famílias disfuncionais• Ambientes domésticos empobrecidos ou caóticos	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades na linguagem• Troca ou omissão de fonemas• Dificuldade com rimas• Falhas na nomeação• Dificuldade na categorização• Noções de quantidade <p data-bbox="842 1417 1123 1447">Fonte: Instituto Cérebro</p> 

<https://escolacasadasletras.com.br/meu-filho-tem-transtorno-de-aprendizagem/>

Adentrando as questões dos transtornos específicos da aprendizagem é possível descrever que eles podem ser com prejuízo na leitura, na expressão escrita ou na matemática, podendo variar a gravidade entre leve, moderada e grave.

Ainda, cabe esclarecer, que os transtornos da aprendizagem, não podem ser descritos a partir de um diagnóstico de deficiência intelectual, sensibilidade auditiva ou visual, outros transtornos de origem mental, neurobiológicos, psicossociais, falta de proficiência ou instrução educacional inadequada (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 2023).

Os Transtornos Específicos de Aprendizagem são frequentemente classificados e descritos como:

- Dislexia
- Discalculia
- Disgrafia
- Dispraxia
- Disortografia
- Disfasia



[Conheça o Instituto ABCD e os cursos que oferece gratuitamente](#)



[Saiba mais em: DIFICULDADE ou TRANSTORNO de APRENDIZAGEM? QUAL a DIFERENÇA?](#)

- **Deficiência física/física neuromotora**

O Decreto nº 3.298, de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência nos traz a conceituação de deficiência física, sendo

alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Brasil, 1999).

Enquanto o termo deficiência física neuromotora é utilizado nesse texto reportando-se:

às deficiências cujas manifestações exteriores consistem em fraqueza muscular, paralisia ou falta de coordenação, geralmente são designadas mais apropriadamente como neuro-musculares, uma vez que as dificuldades encontram-se mais frequentemente nos centros e vias nervosas que comandam os músculos, do que nos músculos em si. Lesões nervosas podem ser causadas por infecções ou por lesões ocorridas em qualquer fase da vida da pessoa, podendo também ocorrer por uma degeneração sem causa aparente (Brasil, 2002, p.19).



Sendo assim, um dos principais desafios do estudante com deficiência física ou física neuromotora refere-se às questões de acessibilidade, considerando tanto as edificações, quanto as adaptações de recursos, através da utilização da tecnologia assistiva, para promover o acesso ao currículo com maior autonomia do estudante.

Entende-se por Tecnologia Assistiva, segundo

Bersch (2006, p.2), "como um auxílio que proverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência."



[Saiba mais em: Desempenho Ocupacional de Estudantes com Deficiência Física Neuromotora](#)

Existem ainda outras condições que podem gerar necessidades específicas de aprendizagem. Devido a isso, é importante ter o conhecimento técnico de cada uma, saber como identificar, encaminhar para avaliação de profissional habilitado, mas ao mesmo tempo, trabalhar dentro de sua área, ou seja, pedagogicamente, para sanar/amenizar tais dificuldades e ampliar suas potencialidades.

4 Marcos Históricos

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada com relação à organização e provisão de serviços educacionais (Brasil, 2001, p.5.).

Abaixo, a linha do tempo com legislações de âmbito nacional identificadas como relevantes no contexto estudado:

1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos Estabelece os princípios fundamentais dos direitos humanos e reconhece que todos os seres humanos são dotados de direitos inalienáveis e igualdade de dignidade e valor.
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024/61 Aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.
1971	Lei nº 5.692/71 que altera a Lei nº 4.024/61 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Define "tratamento especial" para os alunos com "deficiências físicas, mentais os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados".
1988	Constituição da República Federativa do Brasil Estabelece uma base sólida para a promoção da educação inclusiva no Brasil, destacando o direito à educação de todos, a valorização da diversidade
1989	Lei nº 7.853 Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde); institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público; define crimes, e dá outras providências.

<p>1990</p>	<p>Estatuto da Criança e do Adolescente Estabelece os direitos das crianças e dos adolescentes. O principal objetivo é proteger e promover o desenvolvimento integral dessa população.</p> <p>Declaração Mundial sobre a Educação para todos Aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para todos. Fala sobre a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e a universalização do acesso à educação promovendo a equidade.</p>
<p>1994</p>	<p>Declaração de Salamanca É um documento elaborado durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca. O objetivo principal da declaração é promover a educação inclusiva, reconhecendo o direito de todas as crianças, independentemente de suas diferenças, de receberem uma educação de qualidade.</p> <p>Política Nacional de Educação Especial Orienta a integração institucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais".</p>
<p>1996</p>	<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação no país, abrange desde a educação infantil até o ensino superior e estabelece os princípios e objetivos da educação nacional, baseada nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito à diversidade e valorização da cultura e identidade nacional.</p>
<p>1999</p>	<p>Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº7.853/89 Dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade</p>

	transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial no ensino regular.
2000	Lei n. 10.098/2000 Estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.
2001	Resolução 02/2001 do CNE/CNB Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. E determina que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
2002	Lei nº 10.436/2002 Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Resolução CNE/CP nº 1/2002 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e define que as instituições de ensino superior devem prover em sua organização curricular formação docente voltada para atender a diversidade e contemplar conhecimentos sobre necessidades educacionais especiais. Portaria nº 2.678/02 Aprova diretriz e normas para o uso, ensino, produção e difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, reconhecendo o seu uso em todo território nacional.
2004 - 2007	Plano Plurianual 2004/2007 Também se caracterizou pela introdução da perspectiva inovadora e inclusiva, ao adotar, pela primeira vez numa plataforma política do governo brasileiro, "o combate à desigualdade via viabilização da inclusão social, da equalização de oportunidades (gênero, raça, etnia, orientação

	sexual e pessoas portadoras de necessidades especiais) e da cidadania”.
2007	<p>Plano de Desenvolvimento da Educação Um dos eixos do Plano é ligado à inclusão, formação de professores para a educação especial e implantação de Salas de Recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e permanência da Pessoa com Deficiência.</p> <p>Decreto nº 6.094/2007 Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.</p>
2008	<p>Decreto nº 6.571 Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/96, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, estabelecendo que: Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino [...], com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.</p>
2008	<p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Objetiva assegurar o processo de inclusão escolar, abrangendo todas as etapas de forma transversal, desde a educação infantil até o ensino superior.</p>
2009	<p>Resolução nº 04/2009 CNE/CEB Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.</p> <p>Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos</p>

	<p>princípios da democracia, da cidadania e da justiça social, por meio de um instrumento de construção de uma cultura de direitos humanos que visa o exercício da solidariedade e do respeito às diversidades.</p>
2011	<p>Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</p>
2012	<p>Lei nº 12.711 Estabelece cotas para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com deficiência em instituições federais de ensino superior Determina que metade das vagas de instituições de ensino superior públicas devem ser destinadas a candidatos que estudaram os três anos do ensino médio na rede pública.</p> <p>Lei n. 12.764 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.</p>
2014	<p>Plano Nacional de Educação (PNE) É um conjunto de diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento da educação. Estabelece as políticas educacionais para um período de dez anos, visando melhorar a qualidade da educação.</p>
2015	<p>Instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)</p> <p>Tem como objetivo promover a inclusão e garantir os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Ela reconhece as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, assegurando-lhes igualdade de oportunidades e tratando de forma justa em todos os aspectos da vida social.</p>
2020	<p>Institui o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital Define critérios do Programa de Inovação Educação Conectada - PIEC, para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica em 2020.</p>

2021	LEI nº 14.191 Insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial. Entende-se como educação bilíngue aquela que tem a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda.
2023	Portaria 996/23 Institui a Comissão Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – CNEEPEI.

Fonte: organizado pela autora com base no PNEE e *site* do MEC, 2024.

5 Incidência Estatística

No cenário educacional nacional, observa-se um aumento crescente no número de estudantes com necessidades específicas matriculados no ensino comum.

O número de estudantes caracterizados como público da Educação Especial, segundo o Censo Escolar, passou de 145.141 matrículas em Escolas Regulares/Classes Comuns em 2003 para 1.771.430 matrículas na educação especial computadas no Censo Escolar 2023 (INEP, 2023).

Quando analisamos a faixa etária de 4 a 17 anos, do ano de 2023, 95% dos estudantes público da Educação Especial estão matriculados em classes de ensino comum (INEP, 2023).



[Dados estatísticos do INEP 2023](#)



[Painel de Indicadores da Educação Especial](#)

6 Histórias que inspiram: Compartilhando boas práticas de Educação Inclusiva

Instituição: Escola Municipal Odemira Cunha

Turma: 4 ano B

Professora: Sabrina de Lima Witkowski

Relato da experiência

Iniciamos com um vídeo onde a professora explicava toda a matéria em Libras, tendo uma versão direta para os estudantes ouvintes, logo em seguida juntamente com o estudante surdo que estava presente ensinamos aos demais os sinais dos conteúdos que aprenderíamos.

Realizamos um jogo com a técnica do campo minado onde fizemos diversas bandeirinhas por estar em ritmo de festa junina, colamos várias imagens que representava os sólidos geométricos, cada estudante deveria escolher uma letra e um número para decifrar qual sólido geométrico estava relacionado, fazendo o sinal de cada imagem com o auxílio do colega surdo, após todos participarem do momento, realizamos a montagem dos sólidos com palitos e gomas de jujuba.

Confeccionamos dois jogos para melhor assimilar os conteúdos trabalhados, sendo um jogo da memória e um dominó. Em forma de registro utilizamos o livro didático com toda a bagagem adquirida. Como sugestão pode-se levar vários objetos com formato dos sólidos geométricos que facilitaria ainda mais a visualização e a aprendizagem dos alunos.

Instituição: Escola Municipal do Campo José de Alencar

Turma: 3º ano.

Relato de experiência anterior a 2024 (retorno presencial após a Pandemia de Covid-19)

O aluno tinha grande interesse em manusear revistas de cosméticos e panfletos de promoções de supermercado. O trabalho com esse tipo de material foi para alfabetizar o aluno desde aprender o alfabeto, o traçado das letras, até a leitura de pequenos textos, partindo do interesse que o mesmo tinha em manusear e saber sobre os produtos em promoção. Foi possível trabalhar o alfabeto, letra inicial e final, quantidade de letras e sílabas, sistema monetário, numeração, quantidade, comparação, ordenação, adição, subtração, entre outras.

Toda semana era impresso um panfleto com as promoções do supermercado. O aluno conseguiu o conhecimento das letras do alfabeto, o som dos fonemas, ler e escrever palavras e frases com o uso do panfleto. O aluno chegava na escola perguntando sobre o panfleto, sendo que após um tempo escolheu um dos supermercados da cidade para que o panfleto fosse impresso.

Durante o ano foram diversas atividades realizadas e ao final do segundo semestre já conseguia escrever e ler lista com nomes dos produtos. Ele escreveu com auxílio da professora uma carta para a responsável do mercado contando que gostaria de visitar o estabelecimento, foi atendido e bem recebido, ficando entusiasmado e encantado. Ao final da visita recebeu de presente uma cesta com alimentos.

Foi uma estratégia que possibilitou a conexão significativa na aprendizagem, explorando e despertando os interesses individuais do aluno.

Instituição: Escola Municipal Durval Wolff do Amaral

Turma: 1º ano.

Professora: Vanessa Maria dos Santos Pinto

Relato de experiência anterior a 2024

No período da transição da letra bastão para a cursiva os alunos apresentaram dificuldades, realizei atividades de tracejado das letras, representação das letras através da massinha de modelar e no pratinho de fubá. Alguns conseguiram realizar a escrita através de estímulos e outros continuaram com a letra bastão.

Para que todos os alunos pudessem realizar as atividades e acompanhar, eu escrevia em bastão e cursiva ao mesmo tempo, um estudante com Transtorno do Espectro Autista que surpreendeu, pois apresentava dificuldades, tanto na letra bastão quanto na cursiva, então ele começou a demonstrar um grande interesse na letra de imprensa.

Percebendo isso, para que ele conseguisse acompanhar as atividades, eu passei a escrever na lousa com os três tipos de letra: bastão, cursiva e de imprensa, e ver a alegria deles em poder realizar as atividades sem cobrança de que "que tem que ser daquela maneira e pronto" não tem preço.

Cada um tem o seu tempo certo para aprender e nós como profissionais da educação devemos respeitar e valorizar cada avanço de nossos alunos, pois todos tem direito a educação de qualidade.

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Verônica Oliva Nadolny

Turma: Infantil III A

Professora: Kauane C. S. Padilha

Relato de experiência

Tive algumas experiências, mas em uma delas foi marcante, pois assumi uma turma de Educação Infantil e as professoras relataram os comportamentos de cada criança. Uma dessas crianças era considerada "difícil de lidar". Ao entrar na sala de aula, realmente era exatamente como informaram. Os primeiros dias foram difíceis, comecei a observar mais ela, dar mais atenção, amor, carinho e a criança passou a ser uma das melhores alunas.

O outro aluno, diagnosticado com autismo, me assustou no início porque logo no segundo dia em sala teve uma crise de choro e gritos e ninguém conseguia acalmá-lo, mas ao começar observar mais ele, quando ele aparentava não estar se agradando com algo, de imediato mudava o foco, fazia carinho, dava amor e o compreendia.

Resumindo, o amor, o carinho, compreensão e acolhimento fazem o diferencial na vida das crianças e na nossa também.



Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Verônica Oliva Nadolny

Turma: Infantil IV

Professora: Jaqueline dos Santos Cardoso

Relato de experiência anterior a 2024

Trabalhei como professora de apoio de uma aluna TEA e meu receio foi extremamente grande, pois não tinha nenhuma experiência, curso ou qualificação específica e os relatos do ano anterior me deixaram assustada também. A adaptação foi difícil, no início recusava-se a sentar, realizar atividades e no refeitório, quando contrariada tinha crises e por vezes tentava agredir.

Li bastante sobre o assunto e como poderia auxiliá-la melhor e com o passar do tempo cada evolução era uma vitória, desde o sentar-se no refeitório, primeiramente com bichinhos de borracha que gostava muito, mas que logo consegui que guardasse antes de sair da sala e ir ao refeitório, sem resistência.

De início apresentava pouco interesse por registrar as atividades em papel, fazia apenas rabiscos aleatórios, aos poucos foi evoluindo e quando começou a fazer traços em linha reta e círculos, fiquei extremamente feliz, pois foi um trabalho contínuo onde sentava-me ao lado, eu com uma atividade para demonstrar o que seria feito e ela com outra, e aos poucos ela começava a realizar.

Ao chegar o final do ano e perceber a evolução dela fiquei muito satisfeita.

Instituição: Centro Municipal de Educação Infantil Verônica Oliva Nadolny

Turma: Infantil V

Relato de experiência anterior a 2024

Tive uma experiência com uma aluna com diagnóstico de TEA, onde apresentava atitudes agressivas, usava fralda e tinha alimentação muito seletiva.

Em primeiro lugar, com afetividade foi adquirindo-se um vínculo positivo com a aluna, aos poucos foi trabalhando-se a socialização com os demais colegas, depois, foi sendo levado ela para o refeitório para alimentar-se juntamente com os outros colegas, onde sempre recusou, mesmo assim, sempre fomos incentivando a sentar e até mesmo experimentar alguns alimentos.

Para acalmá-la foi feito cartazes de rotina com figuras, as quais eram mostradas no início do dia e conforme iam-se realizando.

Para as atividades de registro em papel, a professora mostrava como era para ser feito, repetindo oralmente, demonstrando em uma atividade e dividindo atividades mais longas em etapas. Ela realizava observando os movimentos da professora e o que era falado, ficando perceptível que compreendia os comandos da professora.

Instituição: Escola Municipal Pedro Effco

Turma: Classe Especial

Professora: Elizabete Balcer de Lima

Relato de experiência anterior a 2024

Alunos com Deficiência Intelectual moderada: trabalho de alfabetização sensorial.

Metodologia: construção de mapa em papel craft no chão com diversos materiais e recortes de revistas.

Foi trabalhado o conteúdo de geografia, matemática, português e arte de forma interdisciplinar visando o desenvolvimento linguístico, neuropsicomotor, cognitivo, emocional e social.

O mapa foi a construção dos alunos referentes aos trajetos casa/escola.

Utilizaram giz, tinta, recortes de revistas, fotos para construir o caminho que percorrem da casa até a escola.

Avaliação: o resultado foi positivo, todos tiveram a oportunidade de refletir e associar a imagem do seu trajeto representando de forma concreta no mapa, com autonomia relataram o trajeto, vizinhos, casa, família, região (rural ou urbana), pontes, rios, estradas, nome de rua, etc.

Tempo: duração de uma semana.

Instituição: Escola Municipal Prefeito Durval Wolff do Amaral

Turma: Classe Especial

Professora: Silvana Sut

Relato de experiência anterior a 2024

Uma das experiências que sempre deu certo foi conhecer a realidade de cada um dos alunos: respeitando, conversando, trocando ideia do que gostam de fazer.

Chamar a família para conversar individualmente para conhecer o contexto familiar.

A dança e a música foi uma das melhores experiências que aconteceram na minha sala de aula da Classe Especial, pois eles podiam se expressar e demonstrar o potencial e habilidades que tinham.



Instituição: Escola Municipal Prefeito Durval Wolff do Amaral

Turma: 1º ano

Relato de experiência

Recebi um aluno autista e no início não se comunicava, não se alimentava na escola, sua mãe levava para casa para almoçar, pois é Escola em Período Integral, mas segundo ela, tomava duas mamadeiras e voltava a tarde para a escola e na sala de aula apresentava necessidade de movimentar-se o tempo todo. Por repetidas vezes jogava todos seus materiais e não mostrava interesse pelos conteúdos escolares.

Foi conversado com a família para fazer um trabalho em conjunto, a mãe relatava que achava impossível ele ser alfabetizado, mas que iria tentar ajudar.

Fomos trabalhando com toda a turma quanto a alimentação, sentir o gosto dos alimentos (doce, salgado, azedo,...) e aos poucos ele foi se encorajando a experimentar. Hoje ele alimenta-se na escola, ainda de maneira seletiva, mas aceita alguns alimentos.

Quanto a aprendizagem, com inúmeras estratégias e incentivos conhece as letras e está iniciando a identificação de sílabas e pequenas palavras, realiza todas atividades sem necessidade de adaptações significativas, conseguindo acompanhar o desenvolvimento esperado para a série.

É muito gratificante o carinho que ele tem com todos hoje e demonstra gostar de realizar as atividades, em alguns momentos, ainda dorme na sala de aula, mas acorda e realiza as atividades. Estou muito feliz com o desenvolvimento dele.

Instituição: Escola Municipal Pedro Effco

Turma: Classe Especial

Relato de experiência

Recebi um aluno que quando chegou na Classe Especial tinha raiva da professora porque ele não sabia e não queria fazer nenhuma atividade, falava sempre que não sabia.

Daí, com o tempo fui criando um vínculo, sempre quando ele chegava agitado ou bravo de casa eu o acolhia, conversava e perguntava porque estava daquele jeito, parecendo revoltado.

E assim foi por um período, e hoje ele realiza as atividades no tempo dele, aceita ajuda, não se nega a fazer. Ele fala que eu sou a professora preferida dele, dificilmente falta.

Hoje ele consegue fazer o traçado correto das vogais e eu sempre estou elogiando quando ele faz todas as atividades. Eu aprendi que primeiro o professor precisa conquistar o aluno e depois esperar o seu tempo sem cobranças exageradas só para ter número de atividades sem qualidade.



Instituição: Escola Municipal Prefeito Durval Wolff do Amaral

Turma: 1º ano

Relato de experiência

No primeiro momento era uma turma com muita dificuldade de comportamento, perdiam o foco rápido, havia diversos atritos entre eles. Conseguimos inserir algumas regras de convivência, ter o seu momento de falar, mas por várias vezes não dava muito certo. Houve momentos de resistência até que perceberam a importância do respeito.

Hoje, no segundo trimestre estão conseguindo se concentrar mais, foi inserido momento de leitura, em que cada um vai na frente da sala e faz a sua leitura, alguns ainda com dificuldades, mas é um momento onde eu consigo que todos os outros alunos escutem esse aluno, ao final todos batem palmas dando mais incentivos a quem está a frente.

Outra coisa, as atividades de casa que são enviadas no final de semana retornam junto com a leitura, e o aluno que realiza todas as atividades durante o mês recebe um adesivo e neste mês está sendo elaborado algumas medalhas com uma estrela, estou ansiosa para ver a reação dos alunos, mas com certeza, com respeito, todos se sentem pertencentes da turma.

Instituição: Escola Municipal Prefeito Durval Wolff do Amaral

Turma: Sala de Recursos e 4º ano

Professora: Maria Beatris Ribas

Relato de experiência

Por se tratar de uma turma heterogênea, muitos obstáculos e barreiras pelo caminho foram encontrados, mas ao conhecer cada criança com o seu nível de aprendizagem, diferenciando uma da outra, fui em busca de conhecimento e estratégias para fazer com que conseguissem obter a aprendizagem de forma lúdica, com recursos pedagógicos, atividades adaptadas.

Nesta turma há crianças que no início do ano letivo não reconheciam as letras do alfabeto e no segundo semestre já desenvolviam tentativas de leitura de palavras simples, apesar de alguns alunos ainda apresentarem dificuldades acentuadas.

Houve uma grande evolução, com utilização de recursos táteis e visuais. A participação de colegas estimulando a leitura dos outros também foi importante.

O trabalho é todo feito no visual, retomando os conteúdos, repetições de palavras, sons, leituras de números, experiências com diversos materiais, aulas dinâmicas, rodas de conversas, proposição de atividades e avaliações diversificadas de acordo com o nível de aprendizagem de cada um, sem comparar uma criança com a outra, mas com seu próprio desempenho.

Instituição: Escola Municipal do Campo José de Alencar
Turma: 4º ano

Relato de experiência

Atividades através de revistas de vendas de produtos cosméticos para toda turma, pois um estudante é mais agitado e se acalma sentindo o cheiro dos perfumes que havia nas revistas.

Então, aproveitando esse gancho, usamos revistas para fazer interpretação oral e escrita, coordenação motora através de recortes, raciocínio lógico-matemático com contas de soma, troco e divisão, dentre outras.

Através deste método simples conseguimos fazer com que todos realizem uma atividade diversificada que desenvolve a leitura e escrita de maneira prazerosa.



Instituição: Escola Municipal do Campo Júlia Skalski

Turma: 4º e 5º ano

Professora: Andreia Arnoldo

Relato de experiência

Aluno do 4º ano, não repetente, com imensa dificuldade de leitura até mesmo de sílabas simples, confundindo sons de letras como o g e o j. Ele se sentia rejeitado pelo restante da turma por não conseguir.

Retomei conteúdos de alfabetização, com leitura e observação do som de cada letra, utilizando o alfabeto das onomatopeias, momento de leitura pelo menos três vezes por semana com fichas de leitura com pequenas frases. Solicitei auxílio da família, com leitura diária em casa de 20min, a mãe foi solícita e a partir destas ações a criança melhorou significativamente sua leitura, sendo que, em julho de 2024 lê de maneira fluente.

Trabalhamos neste momento o vocabulário e a interpretação de textos, já que a leitura é fluente.

Instituição: Escola Municipal do Campo Professora Apolônia Kasprzak Staniszewski

Turma: 1º ano

Relato de experiência

Pude trabalhar com uma menina de primeiro ano que vinha enfrentando sérias dificuldades para aprender a ler, escrever e se comportar no ambiente escolar como um todo.

A situação era ainda mais desafiadora pois ela não recebia apoio familiar, em casa, os pais relatavam que trabalhavam e não tinham tempo e nem recurso para ajudar ela com os estudos.

Então eu sabia que precisava criar oportunidades de aprendizado e eu mesma ser uma fonte de apoio constante para ela.

Então, a primeira etapa foi identificar os interesses dessa criança, priorizar esses interesses para chamar a atenção dela. Durante o processo de alfabetização eu criei materiais de leitura, atividades que eram diferenciadas e eu procurava não alterar muito as atividades dela pra ela não se sentir excluída da turma, pois ela adorava fazer as mesmas atividades que a turma, mesmo que, em um processo mais demorado, pois ela precisava auxílio para interpretar a atividade, para decodificar as sílabas e as palavras que estavam na atividade.

Mas o que eu percebia é que cada pequeno progresso ela ficava extremamente feliz e ela tinha muita vontade de aprender e como eu tenho um aluno que tem altas habilidades, ele sabia ler, escrever, fazer continhas, enfim, toda turma se espelhava e queria ser como ele, inclusive ela.

Ela vendo que o menino tinha todas essas habilidades, ela começou a ter mais iniciativa para aprender, rabiscando as primeiras sílabas e começando a escrever palavras. Toda vez que ela chegava na escola queria contar o que havia aprendido no dia anterior. Ela tinha uma segurança e às vezes até me chamava de mãe. Ela gostava de ser ouvida, e todas evoluções eu procurava elogiar e mostrar para a turma o que ela havia aprendido.

Ela teve um progresso muito grande durante o ano, assimilou a letra cursiva e começou a ler a partir de seu interesse, principalmente pelo incentivo, afinidade e por ela se sentir importante e capaz de seguir uma turma mesmo sem tendo muito apoio familiar.

Foi uma forma de alfabetizar diferenciada, a partir do carinho, do respeito, da paciência, de saber ouvir, de dar oportunidade da criança aprender. Uma das estratégias mais válidas foi valorizar cada criança, independente do tamanho de sua evolução.

Essa experiência de alfabetizar essa menina e toda a turma dela, que era bem heterogênea foi extremamente gratificante, me ensinou o poder do apoio, do reconhecimento, mesmo sem o suporte familiar adequado, através de uma ambiente escolar positivo, encorajador e essa jornada reforçou que é possível transformar a vida de um aluno, de uma criança, através da Educação.

Instituição: Escola Municipal João Staniszewski

Turma: Infantil 5

Relato da coordenadora

Relato de experiência

A turma é bem diversificada, desde o início do ano foi possível perceber isso. Aos poucos foram se estabelecendo regras, combinados e também um carinho recíproco entre professoras e alunos.

Há na turma um estudante com Transtorno do Espectro Autista e indicativos de Altas Habilidades, nos momentos em que ele fica mais agitado, todos acolhem e auxiliam para que possa ser desenvolvida a atividade proposta. Em algumas vezes é necessário alterar o planejamento para o melhor desenvolvimento de todos.

É um grande desafio, mas estamos aprendendo muito e o carinho e cuidado entre os estudantes e os progressos da turma tem sido nítidos.



Instituição: Escola Municipal do Campo Professora Apolônia Kasprzak Staniszewski

Turma: Infantil IV

Relato de experiência anterior a 2024

Aproveitando o Dia Internacional da Mulher, foi desenvolvida uma atividade para que os estudantes pudessem perceber que ninguém é igual e isso os tornava especiais.

A atividade foi coletiva, em que, depois de ser realizada uma roda de conversa em que cada um contava que mulheres conheciam e eram importantes para eles, foram distribuídos livros e revistas para recorte e os estudantes deveriam encontrar mulheres, recortar e colar em um cartaz coletivo.

Depois do cartaz estar pronto foram feitas observações e comparações identificando que todas as figuras (e eram muitas) eram diferentes, alguns estudantes até fizeram comparações como "aquela mulher tem o cabelo parecido com daquele colega". E dessa maneira foi possível desenvolver o respeito às diferenças e a importância da diversidade.



Instituição: Escola Municipal Pedro Effco
Turma: Sala de Recursos

Relato de experiência anterior a 2024

Uma experiência que posso narrar como exitosa é que os alunos chegam na Sala de Recursos desmotivados e desacreditados, sem querer fazer atividades, repetindo várias vezes que não sabem, que não conseguem. E com muito trabalho essa situação é revertida.

É necessário inicialmente criar um vínculo com o estudante, identificar e valorizar suas potencialidades, suas preferências e habilidades, e com o passar dos dias, em que eles percebem que são bons em inúmeras atividades, aumentam sua confiança e seu desempenho escolar tende a crescer.

A afetividade e o desenvolvimento da segurança nas ações pedagógicas nos estudantes são estratégias que com certeza dão certo.



Instituição: Escola Municipal José de Alencar.

Turma: 3º ano.

Professora: Suely Aparecida Silveira Clazer.

Relato de experiência

Início o relato da experiência desenvolvida por mim, de quando trabalhava com estudantes da 1ª e 2ª série, quando ainda não se falava em inclusão, percebo atualmente que desenvolvi metodologias voltadas para a inclusão.

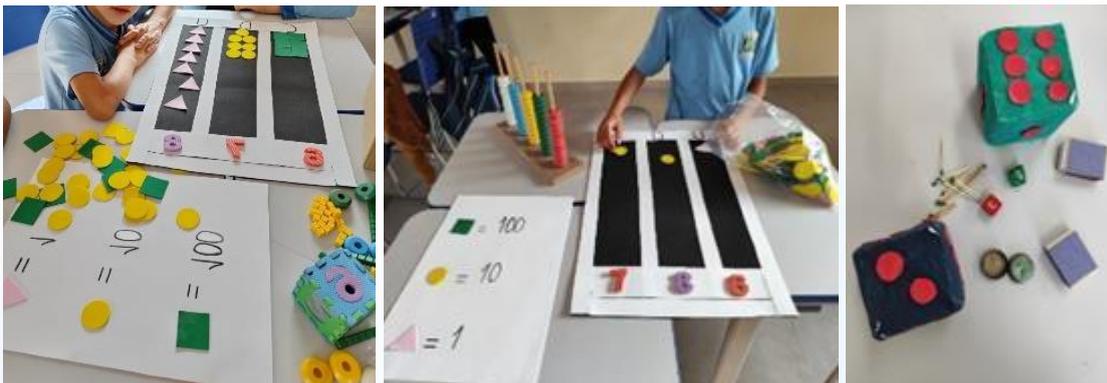
Então, colocava os estudantes no chão, no fundo da sala de aula, com os seguintes materiais: um dado, tampinhas de garrafa, caixa de fósforos, palitos de fósforos.

Explicava os valores: palito= 1; tampinha= 10 e caixa de fósforo=100. Em duplas e/ou trios, jogavam o dado, cada qual na sua vez, por eles mesmos estabelecidas a ordem; quem seria o primeiro jogador, o segundo e/ou terceiro. Contavam os pontos a cada jogada e pegavam um palito, quando se formava um grupo de dez palitos, trocavam por uma tampinha, continuavam jogando e fazendo as trocas, quando conseguiam dez tampinhas, trocavam por uma caixa de fósforos, eu professora intermediando, dialogando com os estudantes, o porquê das trocas, com isso, eles conseguiam compor numerais de forma lúdica e o mais importante, entendiam as ordens; unidade, dezena, centena.

Repetiam o jogo para que todos pudessem ter a chance de ganhar, pois, vencia o jogador que conseguisse o maior número de caixas de fósforos. A cada jogada, os estudantes registravam os pontos conseguidos, fazendo os cálculos, registrando-os no quadro, com seus respectivos nomes, depois que o jogo parava, copiavam os registros nos

seus cadernos, verificando: quem foi o vencedor, do primeiro, segundo lugar, a diferença de pontos. Trabalhava, com eles, sucessor, antecessor, maior, menor, pares, ímpares, adição e subtração, através de situações problemas, juntando os pontos obtidos pelos estudantes, X e Y, quantos pontos somaram, por exemplo.

Atualmente, existe o Material Dourado, ábaco, o que facilita nosso trabalho. Observando a dificuldade do estudante K., quarto ano, que frequenta a SRM, na leitura, composição e registro de números, confeccionei um material utilizando EVA; figuras geométricas, ábaco, Material Dourado, dados. Realizamos atividade lúdica, usando esse material; a cada jogada, os estudantes compunham o número, no ábaco e com o material dourado; houve o envolvimento dos estudantes, com muita oralidade, discussão, registro dos numerais, ditado de números, par/ímpar, antecessor/sucessor, maior/menor. Mas, o mais importante foi a comprovação do aprendizado, superação da dificuldade do estudante que no dia seguinte fez questão de demonstrar seu aprendizado.



7 Considerações

Este e-book buscou trazer contribuições significativas para a ampliação da Educação Inclusiva, dando visibilidade às boas práticas já desenvolvidas e ampliando o conhecimento dentro do contexto educacional.

Foram iniciadas e continuam sendo desenvolvidas formações continuadas: momentos de muitas trocas de informações e construção de conhecimentos.

Essa produção tem o intuito de disseminar boas práticas para que sejam replicadas em situações similares, pois, embora cada estudante seja único, boas ideias merecem ser divulgadas e podem ser adaptadas a situações cotidianas.

Salientamos ainda, a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre as condições que podem gerar necessidades específicas nos estudantes, para que o professor possa agir precocemente para superação das dificuldades e ampliação das potencialidades dos estudantes.



Sobre a autora

Professora e Pesquisadora. Cursando Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2010). Pós-graduação Lato Sensu em: Gestão Escolar pela Universidade do Contestado (2013); Ludopedagogia e Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Futura (2019); TEA - Transtorno do Espectro Autista, pela Faculdade Futura (2019), tendo o artigo Autismo: Perspectivas Nutricionais publicado na revista eletrônica Rebescolar; Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Unina (2020); ABA - Análise de Comportamento Aplicada (2022), pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni).



Atua como Professora no Ensino Regular (Anos Iniciais) e Assessora Pedagógica de Educação Especial na Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Mateus do Sul/PR. Membro do Grupo de Pesquisa "Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, envelhecimento, direitos humanos e inclusão - NEPEDHI". Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, Inclusão e Educação Especial.

Sobre o orientador



Cientista Social e Professor da Graduação e Pós-graduação lato-sensu da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Professor do Programa de Pós-Graduação stricto-sensu Mestrado em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), Pós-Doutor e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG (PPGE/UEPG), Pós-doutor em Ciências Jurídicas

(UNLM), Doutor(UAA) e Mestre em Direito (UAA). Também é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), tendo cursado bacharelado em Direito (UEPG) e licenciatura em Letras (UEPG). Autor de vários livros e artigos. Pesquisador certificado do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas, envelhecimento, direitos humanos e inclusão (NEPEDHI) e integrante do Grupo de Pesquisa Políticas públicas, educação permanente e práticas educacionais de jovens, adultos e idosos. Como professor do PROFEI é avaliado na nova área de avaliação (out/2023) do Capes: Ciências e Humanidades para a Educação Básica. Tem experiência na área de Educação Superior.

Atua nas linhas de pesquisa em Educação Inclusiva, direitos humanos e ensino superior. Sua linha de pesquisa está calcada no Projeto "Os direitos humanos como reflexo de internacionalização luso-espanhola, africana na educação inclusiva brasileira".

Referências

ALUZAZUL. **O que é TEA?** YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8KkAxTFmNil>. Acesso em: 19 jul. 2024.

AMA Associação de Amigos do Autista. Disponível em: https://www.ama.org.br/site/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw-uK0BhC0ARIsANQtgGPxr-tBu8v4RVUilkt6jJ4AjGzsyh2Wp03c4itBw-LnzJMI2RoWylaAqH1EALw_wcB. Acesso em: 19 de jul. 2024.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. DSM-5-TR.** Trad. Daniel Vieira *et al.* Revisão técnica: José Alexandre de Souza Crippa *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2023.

BARBOSA, Regiane da Silva; BUZETTI, Miryan Cristina; COSTA, Piedade Resende da. **Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual.** In: Educação especial, adaptações curriculares e inclusão escolar: desafios na alfabetização. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

BERSCH, R. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 10/04/ 2012. Acesso: 14 maio 2024

Braille - Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/braille>. Acesso 13 maio 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 13 maio 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília,DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso 13 maio 2024.

BRASIL. **Lei 4.169, de 4 de dezembro de 1962.** Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4169.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.169%2C%20DE%204,Art. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União,**

Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 06 maio 2024.

BRASIL. **Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 9 maio 2024.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília: Poder Legislativo, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12679:a-construcao-de-praticas-educacionais-para-alunos-com-altas-habilidadeessuperdotacao>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria de educação Especial – MEC; SEESP, 2001 79p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso: 06 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: Dificuldades de comunicação e sinalização – Surdez**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>. Acesso: 06 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/neuro-motora. 2.ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 maio 2024.

CANAL DO PROFESSOR - FORMAÇÃO CONTINUADA SEED
PR. **Identificação do estudante com Altas Habilidades/Superdotação**.

YouTube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VeZG_BDRiyg>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CANAL DO PROFESSOR - FORMAÇÃO CONTINUADA SEED

PR. **Desempenho Ocupacional de Estudantes com Deficiência Física Neuromotora**. YouTube, 2021. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=z8tpsJpwuTY>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ConBraSD – Conselho Brasileiro para Superdotação. Disponível em:

<https://conbrasd.org/>. Acesso: 19 jul. 2024.

CRISTIANO, A. **O que é Libras?** Disponível em: <https://www.libras.com.br/>.

Acesso: 19 jul. 2024.

Desenvolvimento Saudável. **Conhecendo a Deficiência Intelectual**. YouTube,

2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=44r7OX26NV0>.

Acesso em: 19 jul. 2024.

DIVERSA - Educação inclusiva na prática. Disponível em:

<https://diversa.org.br/>. Acesso: 19 jul. 2024.

Escola Virtual Gov. Disponível em:

<<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/11>>. Acesso: 19 jul. 2024.

GARCIA, Caroline de Santana. **Transtornos e dificuldades de aprendizagem no contexto escolar**: um olhar sobre a prática pedagógica. Orientador: Prof. Dr. Klaus Schlünzen Junior. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente/SP, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/garcia_cs_me_prud.pdf Acesso: 09 maio 2024

GIL, M. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A**

DISTÂNCIA CADERNOS DA Deficiência Visual. 2000. 80p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso 07 maio 2024.

IBC. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br>. Acesso em 18 jul. 2024

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Censo Escolar Da Educação Básica 2023. Resumo Técnico. Versão

Preliminar. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf Acesso: 01 maio 2024.

INES. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br>. Acesso em 18 jul. 2024

Instituto ABCD. Disponível em: <https://www.institutoabcd.org.br/>. Acesso em

18 jul. 2024

KE, X.; LIU, J.; DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. **IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health. (edição em Português.** [s.l.] Dias Silva F, 2015. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Defici%C3%Aancia-Intelectual.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MENEZES, F. **Meu filho tem transtorno de aprendizagem?** Escola Casa das Letras, 2021. Disponível em: <https://escolacasadasletras.com.br/meu-filho-tem-transtorno-de-aprendizagem/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

O que é o Autismo? Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

O Sistema Braille. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/materiais-especializados-1/livros-em-braille-1/o-sistema-braille#:~:text=O%20braille%20%C3%A9%20um%20sistema>. Acesso em 18 jul. 2024

Painel de Indicadores da Educação Especial. Instituto Rodrigo Mendes. Disponível em: https://diversa.org.br/indicadores/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw-uK0BhC0ARIsANQtgGP3LPWZYY8V2ekvZtlp_pWnTF1ykYwuWdEO46H343bqPPFEV7H4ToaAi02EALw_wcB. Acesso em: 19 jul. 2024.

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual.** SEESP/SEED/MEC Brasília/DF – 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf Acesso 07 maio 2024.

SANTOS, D. C. O. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 935-948, 1 dez. 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/xFx3Cz3H5dP9kGhk9Vm3s8y/?format=html> . Acesso em: 18 jul. 2024.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z:** um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/E-BOOK%20PEDAGOGIA/Dificuldades%20de%20aprendizagem%20de%20A%20a%20Z%20-%20Corine%20Smith%20e%20Lisa%20Strick.pdf> Acesso: 09 maio 2024.

TATIANE RIBEIRO. **Igualdade e Equidade.** YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xwya0PgnwNA>. Acesso em: 19 jul. 2024.

VIVIAN BORGES PSICOPEDAGOGA. **DIFICULDADE ou TRANSTORNO de APRENDIZAGEM? QUAL a DIFERENÇA?** YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FOkFCBhuLWg>. Acesso em: 19 jul. 2024.